

# APN

ÁGUAS DE PORTO NOVO

**Ano 2016**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
XIIº Exercício



**Exercício 2016**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**ÍNDICE**

<b>1. Acontecimentos mais relevantes.....</b>	<b>3</b>
<b>2. Evolução do negócio .....</b>	<b>5</b>
<b>2.1 Produção de água dessalinizada.....</b>	<b>5</b>
<b>2.2 Fornecimento de água dessalinizada para Distribuição... </b>	<b>5</b>
<b>3. Autoprodução de energia eléctrica.....</b>	<b>8</b>
<b>4. Dados económico-financeiros.....</b>	<b>11</b>
<b>4.1 Actividade comercial .....</b>	<b>11</b>
<b>4.2 Evolução do balanço .....</b>	<b>13</b>
<b>4.3 Conta de resultados .....</b>	<b>13</b>
<b>4.4 Proposta de aplicação de resultados .....</b>	<b>15</b>
<b>4.5 Créditos subscritos .....</b>	<b>15</b>
<b>5. Recursos humanos .....</b>	<b>16</b>
<b>6. Dados da sociedade.....</b>	<b>16</b>
<b>6.1 Estrutura accionista.....</b>	<b>16</b>
<b>6.2 Órgãos sociais.....</b>	<b>16</b>
<b>7. Projectos complementares.....</b>	<b>17</b>
<b>8. Evolução previsível da sociedade .....</b>	<b>17</b>
<b>9. Acontecimentos posteriores ao fecho do exercício.....</b>	<b>18</b>
<b>Anexo 1. Balanço Analítico .....</b>	<b>19</b>
<b>Anexo 2. Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>21</b>
<b>Anexo 3. Parecer do Auditor.....</b>	<b>26</b>

## 1. Acontecimentos mais relevantes

Em 2016, a sociedade ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A. completou o seu 12.º ano de Exercício Económico, celebrando assim o seu 9º aniversário de actividade comercial, no qual o volume de água fornecido à rede pública da cidade do Porto Novo recuperou, registando um ligeiro aumento até os 0,212 Hm<sup>3</sup> (+1%).

Simultaneamente, o progressivo decréscimo dos preços dos combustíveis ao longo do exercício continuou a ter impacto na atividade, permitindo uma nova queda no preço de produção da água dessalinizada. A Agência de Regulação Económica determinou uma actualização do parâmetro Te (Tarifa Variável correspondente ao Custo de Energia (ECV/m<sup>3</sup>), passando de 51,71 ECV/m<sup>3</sup> para 38,90 ECV/m<sup>3</sup>, entre os meses de Fevereiro e Junho, e para 45,02 ECV/m<sup>3</sup> a partir de Agosto, na fórmula de cálculo do valor da facturação mensal aprovada na Instrução nº2/08.

A combinação destes dois factores provocou uma queda da ordem dos 8% no preço de produção da água dessalinizada, o qual passou de 216 ECV/m<sup>3</sup> de média em 2015 para 199 ECV/m<sup>3</sup> em 2016.

Apesar desta evidência, tratou-se de mais um exercício em que cabe destacar a persistência do crónico défice de tesouraria, com o risco de colapso que o mesmo representa. A Câmara Municipal piorou o regime de pagamento das facturas mensais e a dívida perante a APN atingiu os 141 milhões de escudos em 2016.

Neste cenário e no âmbito da sua natureza público-privada, o exercício 2016 decorreu em circunstâncias excepcionais para a sociedade, pois foram realizadas três eleições para os três polos de poder governamental, resultando numa mudança do Governo Estatal e do Governo Local, ambos representantes dos dois acionistas públicos da APN.

A consolidação e progressivo aumento de ocupação das moradias do complexo habitacional do programa “Casa para Todos”, fez com que o fornecimento por auto-tanques atingisse um novo volume recorde de 4.350m<sup>3</sup>. O sistema de produção de água dessalinizada continuou a demonstrar que é um recurso hídrico versátil e disponível para atender as necessidades imediatas da Cidade do Porto Novo.

No âmbito do grupo de trabalho sobre a Sustentabilidade do Sistema de Abastecimento de Água Potável da cidade do Porto Novo, no dia 22 de Janeiro, o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território comunicou a lista de projectos aprovados para beneficiar do financiamento do Fundo Flexível da Cooperação Luxemburguesa, sendo que foi aceite a proposta apresentada pela Câmara Municipal do Porto Novo-APN para a realização de uma auditoria técnica à rede de distribuição de água da cidade. Esta situação permitirá avançar com o dossier da transferência do serviço de distribuição de água para a APN.

No dia 18 de Fevereiro, a IDAM do Porto Novo recebeu a visita do novo Conselho de Administração da ARE, composto pelo Dr. Lívio Lopes, a Dra. Karine Monteiro e a Dra. Rosa Delgado, que no dia 16 de Dezembro de 2015 tinham substituído o anterior Conselho integrado pelo Dr. Renato Lima, o Dr. Francisco Tavares e o Engº Rito Évora, sob o fructífero mandato dos quais foi modelizado o inovador regime tarifário da APN.

O dia 22 de Março, Dia Mundial da Água, este ano sob o lema “Água e Emprego”, foi comemorado na APN com a visita dos alunos da Escola Técnica João Varela do Porto Novo.

Interessado pela tecnologia associada ao recurso hídrico que garante o abastecimento de água potável à cidade nos últimos 8 anos, no dia 18 de Abril, a IDAM do Porto Novo recebeu uma visita do Presidente da Câmara Municipal de Bertrange (Luxemburgo), Sr. Frank Colabianchi, acompanhado da então Sra. Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo, Eng<sup>a</sup> Rosa Rocha.

Nos dias 27 e 28 de Junho, a APN participou na Formação e Capacitação sobre o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais em Cabo Verde, organizada em Mindelo, pela Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) com o apoio da Assistência Técnica às Instituições Nacionais (NITA), financiada pelo Millennium Challenge Account (MCA). Tratou-se de uma acção enquadrada no âmbito da reforma institucional do sector, concretamente no processo de elaboração da proposta de regulamento para os “Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais”.

No dia 4 de Julho, a APCER realizou uma auditoria externa para a renovação anual do certificado de controlo de qualidade HACCP (Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controlo), que segundo a normativa CODEX ALIMENTARIUS CAC/RCP 1 garante as boas práticas no processo de produção de água dessalinizada para uso potável. A APN é uma empresa certificada desde 2014.

Após esta auditoria realizada pela APCER, a APN conseguiu a renovação anual do certificado de controlo de qualidade HACCP (Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controlo), que segundo a normativa CODEX ALIMENTARIUS CAC/RCP 1 garante as boas práticas no processo de produção de água dessalinizada para uso potável.

No dia 18 de Novembro, o acionista Câmara Municipal comunicou a designação do Dr. Amadeu Cruz para representar o Município do Porto Novo no Conselho de Administração da APN.

No âmbito da reforma institucional do sector da água, a Agência Nacional da Água e Saneamento (ANAS) organizou um workshop em Porto Novo no passado dia 24 de Novembro, em que foi apresentado o estudo efectuado pela assistência técnica à criação de operadoras intermunicipais de Santo Antão e São Nicolau., no âmbito do projecto de “Preparação dos Operadores Intermunicipais de Água e Saneamento das Ilhas de São Nicolau e Santo Antão”. Neste evento, a APN apresentou uma proposta de gestão integrada dos serviços de produção e distribuição de água da cidade do Porto Novo.

Por motivos inerentes ao intenso ano de atividade política, que pelo carácter público privado acaba por ter impacto na APN, em 2016 não foi possível realizar a Assembleia Geral Ordinária para deliberar acerca da gestão do exercício de 2015 e para nomear novos órgãos sociais.

## **2. Evolução do negócio**

### **2.1 Produção de água dessalinizada**

A ÁGUAS DE PORTO NOVO S.A. opera sob o regime de Produtor Independente de Água Dessalinizada mediante a Licença lavrada pelo Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade através do Despacho nº06/2005.

A operação técnica da IDAM no ano 2016 decorreu sem incidências nem factos assinaláveis, sendo que os parâmetros de controlo do processo de osmose inversa, em termos de caudal nominal, conversão, consumo específico de energia, pressão de permeado e fowling das membranas evoluíram de forma habitual, sendo registado um sensível aumento da precipitação salina na superfície das membranas.

unidade	sistema	Membrana	sist. poupança energia	produção (m <sup>3</sup> )	horas acum.
RO1	Osmose inversa	DOW FILMTEC SW30HR-380	Kinetic	500	39.260
RO2	Osmose inversa	DOW FILMTEC SW30HR-380	Kinetic	500	43.809

Tabela 2.1.1 Capacidade instalada

Os poços de captação de água do mar, elementos fundamentais no processo de dessalinização, mantiveram o seu habitual óptimo nível de desempenho, oferecendo um excelente rendimento, quer em termos de caudal, quer em qualidade. Porém, como consequência das extraordinárias precipitações registadas no mês de Setembro, com 562,5 mm, ocorreu uma infiltração de lamas que provocou a paragem da IDAM durante 3 dias. A entrada de limos e argilas disparou o valor de SDI (Silt Density Index) a valores superiores a “5” (adimensional) que impedem a correcta filtração primária e secundária, previa à osmose inversa.

A salinidade dos poços de captação manteve-se em valores inferiores à da água do mar, confirmando pelo nono ano consecutivo, que a bombagem permanente não afecta a sua composição físico-química.

unidade	horas/ano	nº paragens	disponibilidade	produção (m <sup>3</sup> )
RO1	4.469	104	56%	89.941
RO2	6.068	46	66%	122.491

Tabela 2.1.2 Disponibilidade das unidades de osmose inversa

O volume produzido no ano 2016 foi de 212.432 m<sup>3</sup>, ou seja, 0,8% a mais que no ano anterior. O caudal médio diário de produção foi de 580 m<sup>3</sup>/dia. Este valor mantém a taxa de utilização da IDAM nos 58%, apresentando desta forma um valor satisfatório para o rendimento de uma infraestrutura desta natureza.

A capacidade dos depósitos de armazenagem de água dessalinizada (2 x 1.000 m<sup>3</sup>) permitiu fazer uma gestão eficiente da IDAM, evitando incidentes de fornecimento em potenciais caso de dificuldades técnicas.

O n.º de paragens de cada unidade registado foi em média de 12,5/mês, nível inferior comparativamente ao do ano 2015, aonde se registaram 16,70/mês. Além da gestão dos stocks de água nos depósitos, a origem da maioria destas paragens está numa série de ocorrências na Central Eléctrica da IDAM.

## 2.2 Fornecimento de água dessalinizada para distribuição

No ano 2016, foi fornecido um volume de 212.359 m<sup>3</sup> aos SAAS da Câmara Municipal, o que representa 1% a mais do que no ano anterior.

O caudal médio diário situou-se em 580 m<sup>3</sup>/dia, enquanto no ano anterior foi de 576 m<sup>3</sup>/dia. Este caudal foi 3% inferior ao valor “take or pay” referido no contrato de compra-venda (600 m<sup>3</sup>/dia).

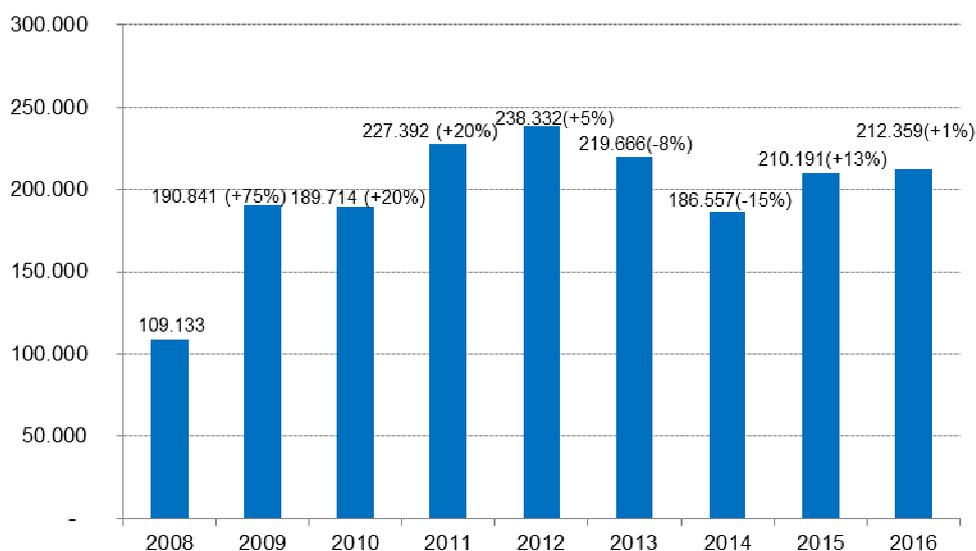


Gráfico 2.2.1 Evolução anual do volume fornecido para distribuição (m<sup>3</sup>)<sup>1</sup>

A evolução da demanda foi marcada por uma série de factores decorrentes da evolução económica da cidade do Porto Novo como centro logístico e polo económico da Ilha de Santo Antão.

Após a redução das perdas comerciais conseguida pelos SAAS a raiz da substituição de grande parte dos contadores instalados na rede pública em 2013, que provocaram uma significativa queda do volume fornecido no ano 2014, em 2015 e 2016 registou-se uma recuperação do fornecimento.

O maior (98%) volume de água foi distribuído mediante a bombagem directa ao depósito principal do sistema de distribuição da rede pública, sendo que o volume fornecido a auto tanques foi dos 2% do total. O fornecimento em auto tanque aumentou 16%, o que em termos absolutos representa 589 m<sup>3</sup> a mais.

Registou-se um caudal mensal máximo de 637 m<sup>3</sup>/dia no mês de Novembro e um mínimo de 545 m<sup>3</sup>/dia em Março.

O registo mais elevado ocorreu no dia 22 de Junho, no qual foi fornecido um volume de água à rede pública de 1.090 m<sup>3</sup>. Nos dias 7 e 21 de Junho não foi possível fornecer à rede por rotura da conduta de impulsão ao depósito de distribuição, tendo também havido interrupção do serviço no dia 22 de Setembro, uma vez esgotadas as reservas nos depósitos, após paragem da IDAM no dia 19 devido às chuvas extraordinárias verificadas.

<sup>1</sup> A actividade iniciou em Julho de 2008, por tanto neste ano o volume corresponde ao 2º Semestre.

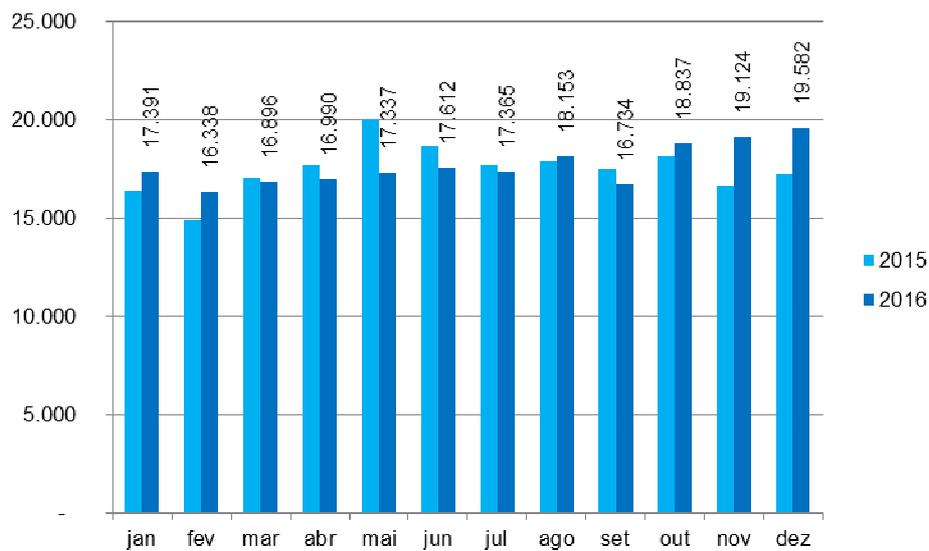


Gráfico 2.2.2 Comparativo mensal do volume fornecido para distribuição (m³)

AD (m³)	2016	
	distribuição	(m³/dia)
Janeiro	17.391	561
Fevereiro	16.338	563
Março	16.896	545
Abril	16.990	566
Maio	17.337	559
Junho	17.612	587
Julho	17.365	560
Agosto	18.153	586
Setembro	16.734	558
Outubro	18.837	608
Novembro	19.124	637
Dezembro	19.582	632
<b>TOTAL</b>	<b>212.359</b>	<b>580</b>
m³/mês	17.697	
m³/dia	580	

Tabela 2.2.1 Volumes mensais distribuídos (m³) e média diária

fornecimento	vol. ano (m3)	(%)
rede pública	208.009	98%
auto-tanque	4.350	2%

Tabela 2.2.2 Tipo de fornecimento

### 3. Autoprodução de energia eléctrica

A APN possui uma licença de auto-produtor de energia eléctrica mediante o Despacho n.º8/2005 do Ministro de Economia, Crescimento e Competitividade, pelo que o fornecimento de energia eléctrica da instalação continua a ser feito a partir da Central Eléctrica Autónoma.

Na perspectiva de uma futura ligação à rede eléctrica pública, em 2011 foi elaborado o projecto técnico para ligação à rede eléctrica pública, que prevê uma estação transformadora 20.000V/400V de uma potência de 250 KVA e a sua infraestrutura electromecânica associada, sendo estimado um investimento de 12,55 milhões de escudos.

Motor	Combustível	Alternador	Potencia (kW)	Potencia aparente (KVA)
VOLVO TAD740	Gasóleo	MECC-ALTE	400 (2x200)	500 (2x250)

Tabela 3.1 Central Eléctrica - potência instalada

No ano de 2016 a energia eléctrica gerada foi de 669 MWh, apresentando um incremento de 9% relativamente ao ano anterior, enquanto a produção de água foi um 1% superior. A média de consumo eléctrico foi de 76 kWh/h comparado com os 70 kWh/h consumidos em 2015.

Desde o seu arranque, a Central Eléctrica da APN já produziu 4,67 GWh, tendo consumido 1,49 milhões de litros, com uma média de 454 litros diários.

O consumo específico de energia no processo aumentou dos 2,91 kWh/m<sup>3</sup> do ano 2015 para 3,15 kWh/m<sup>3</sup> em 2016, denotando um acréscimo de 8,2%. Paralelamente, o factor de utilização da central aumentou dos 35% para 38%, pelo que o consumo específico de combustível diminuiu em 1%, passando dos 247 gr/kWh em 2015 para 244 gr/kWh em 2016.

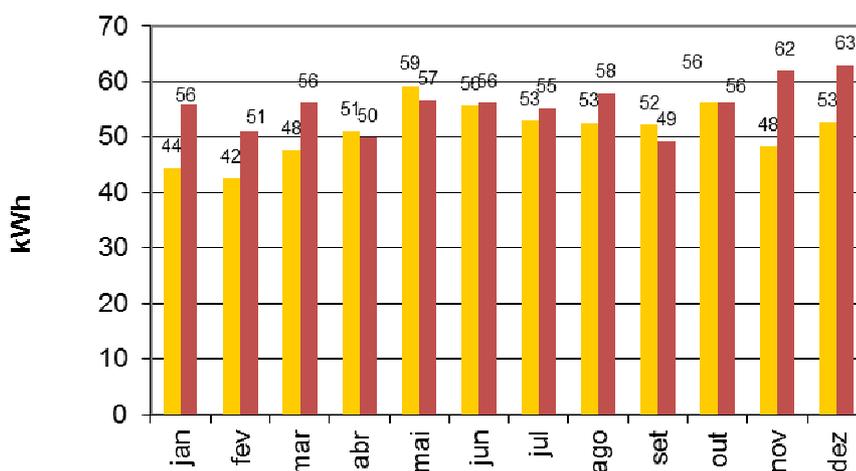


Gráfico 3.1 Consumo de energia eléctrica mensal (MWh)

O funcionamento da central eléctrica decorreu de forma satisfatória, mas com algumas incidências registadas nos reguladores de velocidade e nos rotores, que terminaram por provocar trabalhos de manutenção adicionais, além das manutenções preventivas de acordo com o número de horas de funcionamento.

O maior consumo de electricidade registou-se no processo de osmose inversa, que com 487 MWh representou 72% do total consumido, seguido do grupo de bombagem

ao depósito de distribuição da Câmara Municipal com 95 MWh. As bombas dos poços de captação de água do mar consumiram 50 MWh, totalizando 7%. Finalmente, as duas bombas centrífugas de alimentação de água do mar às unidades de osmose inversa e os serviços auxiliares consumiram um total de 36 MWh, representando, desta forma, 5% do total consumido.

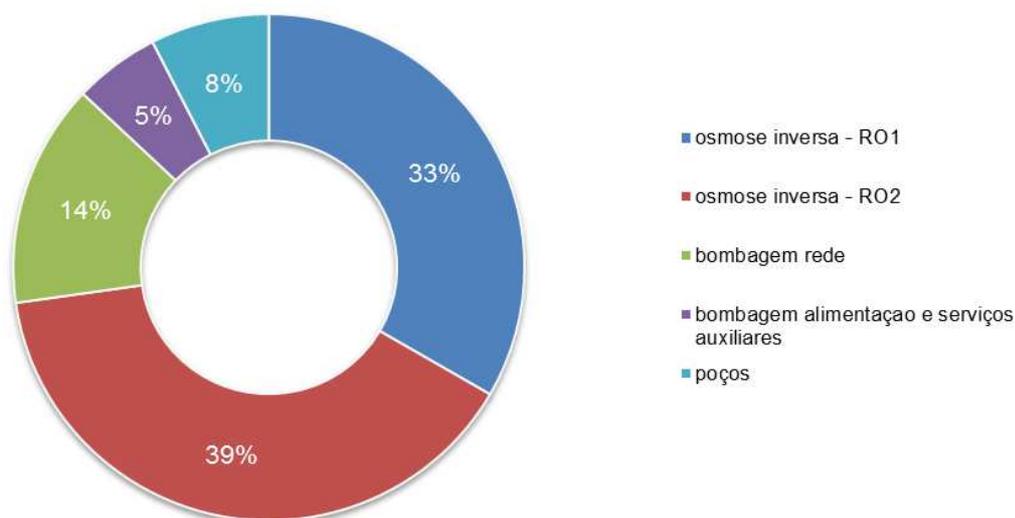


Gráfico 3.2 Distribuição dos consumos de energia eléctrica na IDAM em 2015

O volume de gasóleo consumido na central eléctrica foi de 192.270 lt (163 tn métricas), uma diminuição de 7,6% relativamente aos 178.610 lt de 2015. O **gráfico 3.2** demonstra o volume de combustível consumido mensalmente em 2016, comparativamente ao período homólogo do ano anterior.

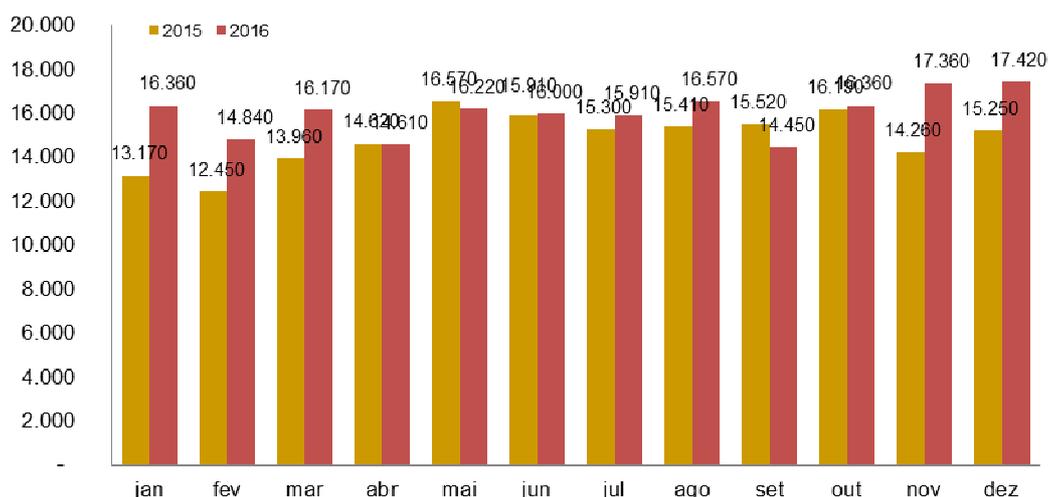


Gráfico 3.3 Comparativo do consumo de combustível mensal (lt)

A maior geração de electricidade melhorou a eficiência dos grupos geradores, uma vez que o consumo específico de combustível diminuiu dos 247 gr/kWh em 2015 para os 244 gr/kWh em 2016. O fator de carga médio dos grupos geradores aumentou dos 35% em 2015 para os 38% em 2016.

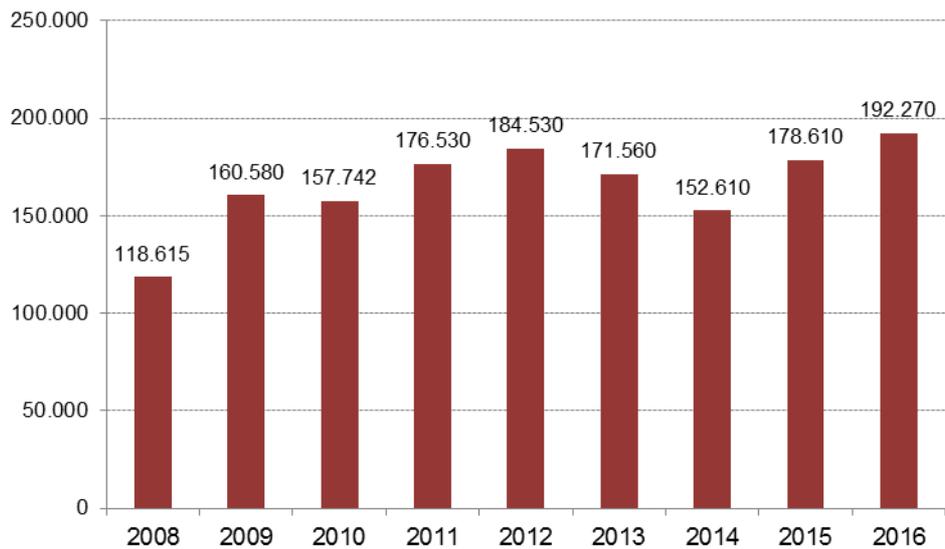


Gráfico 3.4 Evolução do consumo anual de combustível gasóleo (lt)

No processo de actualização bimensal dos preços dos combustíveis determinado pela Agência de Regulação Económica, o preço do gasóleo para a electricidade continuou com a tendência de baixa em relação ao ano anterior, registando um promédio de 67,30 ECV/litro.

O preço deste combustível sofreu uma diminuição do 0,7% no decorrer de 2016. Esta dinâmica pode-se observar-se no Gráfico 3.5.

O valor máximo registou-se em Janeiro no valor de 72,50 escudos/lt (I.V.A. incluído), exibindo um valor médio anual de 67,30 escudos/lt relativamente aos 83,14 escudos/lt de 2015. O valor mínimo foi de 59,60 escudos/lt, entre os meses de Fevereiro e Abril.

Apresenta-se no **gráfico 3.5** uma evolução comparativa dos preços do gasóleo para a electricidade e, em correspondência, as variações do parâmetro **Te** da fórmula de cálculo do preço da água.



Gráfico 3.5 Histórico da evolução do preço do gasóleo (CVE/lt) e do parâmetro Te (CVE/m³)

## 4. Dados Económico-Financeiros

### 4.1 Actividade comercial

O caudal médio diário situou-se em 580 m<sup>3</sup>/dia, cerca de 3% menos que o caudal do “take or pay” de 600 m<sup>3</sup>/dia, estabelecido no contrato de compra-venda de água dessalinizada celebrado entre a Câmara Municipal do Porto Novo e a APN.

No âmbito do exercício anual de revisão da evolução dos parâmetros da estrutura de custos, a Agência de Regulação Económica determinou uma revisão do Término de Energia (Te) no mês de Fevereiro, passando de 50,71 CVE/m<sup>3</sup> para 38,90 CVE/m<sup>3</sup>. Igualmente em Agosto, em concordância com a flutuação dos preços dos combustíveis, a ARE determinou um incremento do mesmo para os 45,02 CVE/m<sup>3</sup>.

Esta alteração dos parâmetros provocou uma diminuição do preço de produção da água dessalinizada em cerca dos 8% interanual, até os 199 CVE/m<sup>3</sup>. Deste modo, pela primeira vez desde o início da atividade, o preço médio anual da água dessalinizada situou-se abaixo dos 200 CVE/m<sup>3</sup>.

O valor médio obtido no ano 2016 apresenta uma queda de 33% em relação ao preço do primeiro ano de actividade comercial (**Gráfico 4.1.1**).

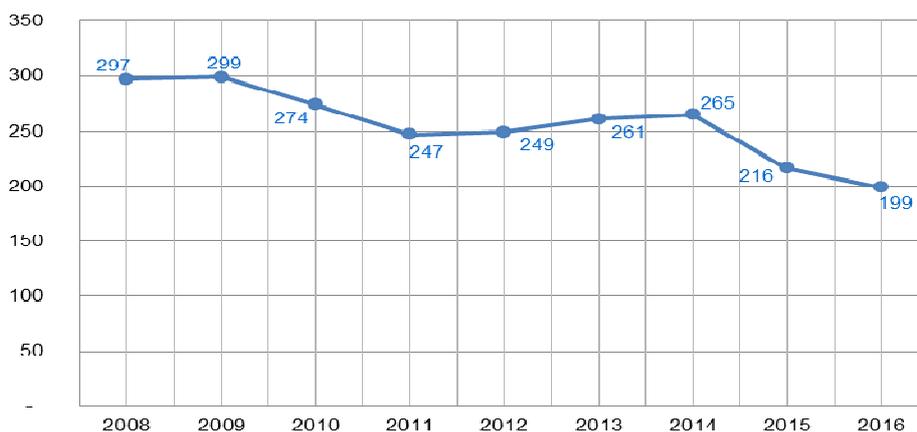


Gráfico 4.1.1 Evolução do preço neto (sem I.V.A.) de produção de água dessalinizada (CVE/m<sup>3</sup>)

No mês de Janeiro, verificou-se o maior preço, no valor de 213 CVE/m<sup>3</sup>. O menor preço registou-se no mês de Junho, no valor de 193 CVE/m<sup>3</sup>.

O volume de negócio por venda de água no ano 2016 foi de 42,07 milhões de escudos, denotando uma descida do 5,7% relativa ao ano anterior.

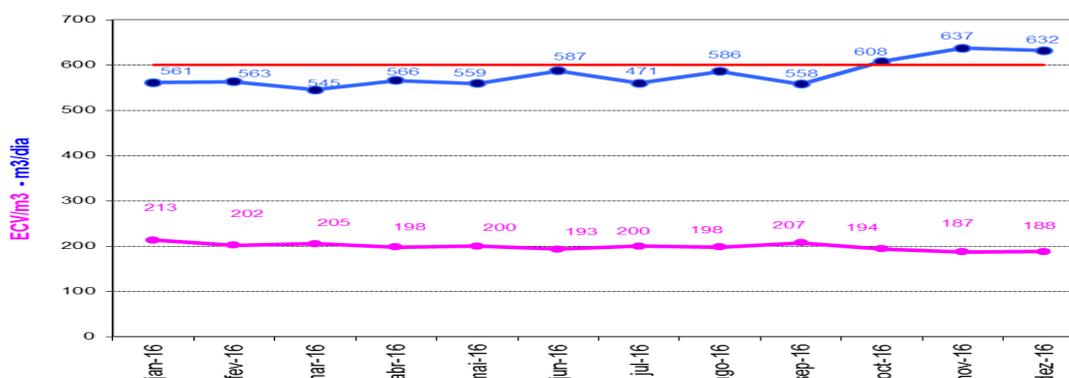


Gráfico 4.1.2. Preço neto médio mensal / caudal médio diário

2016 (CVE)	AD	iva	total
janeiro	3.700.484	555.073	4.255.557
fevereiro	3.286.001	495.930	3.802.131
março	3.438.095	515.714	3.953.809
abril	3.371.874	505.781	3.877.655
maio	3.475.762	521.364	3.997.126
junho	3.396.076	509.411	3.905.487
julho	3.476.856	521.528	3.998.384
agosto	3.592.582	538.887	4.131.470
setembro	3.464.344	519.652	3.983.996
outubro	3.649.388	547.408	4.196.796
novembro	3.571.943	535.792	4.107.735
dezembro	3.682.934	552.440	4.235.374
<b>total</b>	<b>42.106.339</b>	<b>6.318.980</b>	<b>48.445.520</b>

Tabela 4.1.1. Vendas de água mensais (CVE/m<sup>3</sup>)

Os pagamentos efectuados pela Câmara Municipal atingiram um valor de 27,88 milhões de escudos em 2016, representando apenas 58% do valor facturado. O valor pendente em dívida acumulado no final do Ano Económico 2016 é de 141,46 milhões de escudos, ou seja 15% a mais que os 123,23 milhões que se verificavam no final do exercício de 2015.

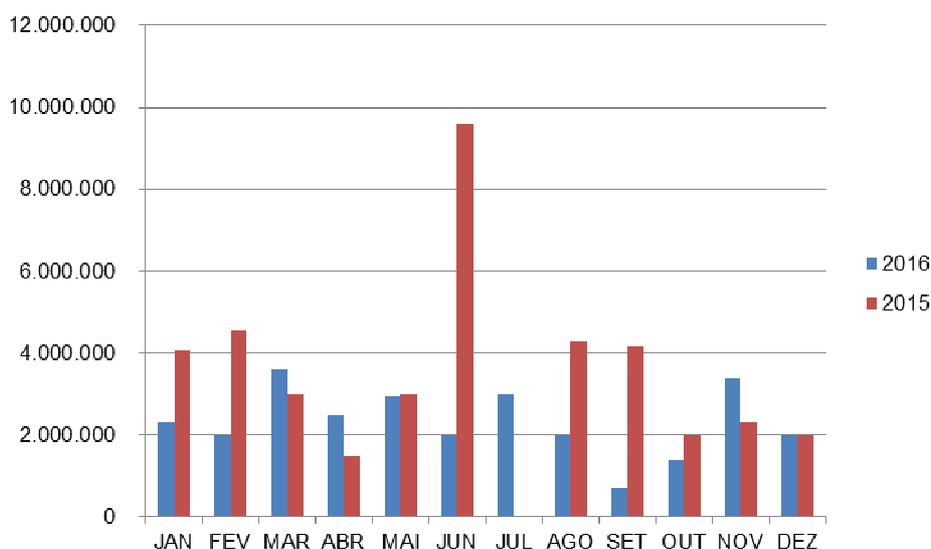


Gráfico 4.1.2. Comparativo mensal dos pagamentos recebidos (CVE)

Pode concluir-se que a quantidade vendida de água aumentou cerca de 1%, evidenciando uma queda de 6% no volume de negócio e dos 15% nas cobranças em relação ao ano anterior. Em termos absolutos, foram vendidos mais 2.168 m<sup>3</sup>, com menos 2,53 milhões escudos do volume de negócio e menos 12,27 milhões de escudos em cobranças.

## 4.2 Evolução do Balanço

O Balanço Analítico a 31 de Dezembro de 2016 apresenta um activo líquido de 268.857.055 escudos, enquanto que os Capitais Próprios ascendem a 29.587.786 escudos, representando uma redução de 4% face ao ano anterior, explicado pela

redução dos Resultados do Exercício. O total do passivo não corrente apresentou uma redução pouco expressiva, em 0.25%, derivado fundamentalmente da amortização de capital do Contrato de Suprimentos acordado entre a APP e APN.

Relativamente ao Passivo Corrente que apresentou um aumento de 28%, atingindo 42.759.382 escudos, há que referir o seguinte:

- por um lado, a redução em 17% dos financiamentos de curto prazo, nomeadamente na Conta Caucionada contratada juntamente ao BCA desde 2008;

- Por outro lado, as rubrica *Fornecedores*, *Outras Contas a Pagar* e a rubrica de *Diferimentos* evidenciam aumentos expressivos, resultante tanto da actividade operacional, como dos juros inerentes ao Financiamento contratado junta da DGT, os quais ainda se mantêm pendentes de liquidação, aguardando pelo acordo de compensação de Contas referente a um Protocolo assinado entre a CMS, APN e a DGT, que ocorrerá somente em 2017.

#### BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	2016	2015	var
<b>Activo</b>	<b>268.857.055</b>	<b>260.787.298</b>	<b>+3%</b>
Activos Fixos Tangíveis	117.122.469	128.408.632	-9%
Investimentos em curso	2.157.141	2.754.497	54%
Inventários	3.325.860	3.242.697	36%
Clientes	143.504.977	123.233.314	12%
Estado e Outros Entes Públicos	1.877.912	1.825.491	-89%
Outras Contas a Receber	356.512	426.759	0%
Diferimentos	150.394	76.171	63%
Caixa e Depósitos Bancários	361.790	819.737	-27%
<b>Passivo</b>	<b>268.857.055</b>	<b>260.787.298</b>	<b>-6%</b>
Capital Próprio	29.587.786	30.559.750	4%
Passivo Não Corrente	196.509.887	197.009.887	-0,25%
Passivo Corrente	42.759.382	33.217.661	28%

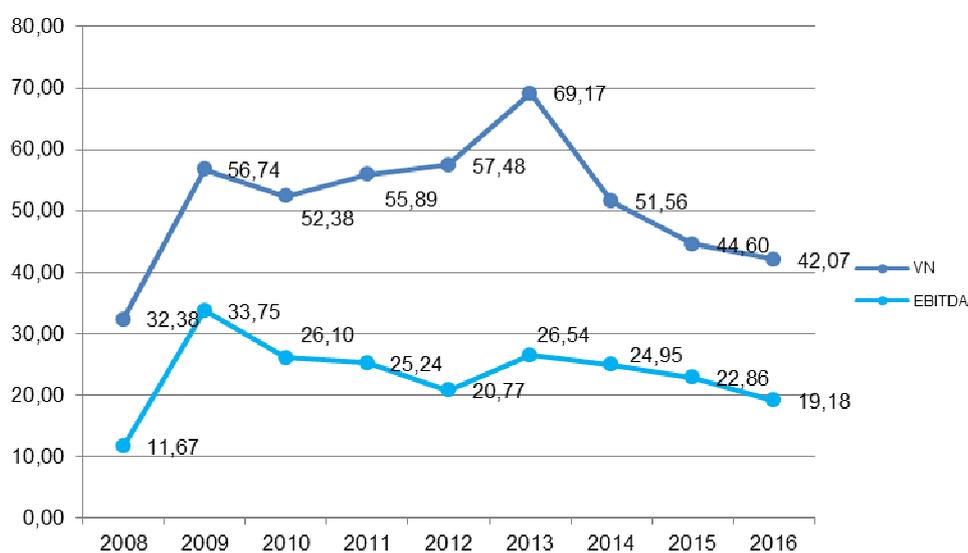
#### 4.3 Conta de Resultados

O volume de negócios atingiu 42.074.257\$00, tendo registado uma diminuição de 6% apesar do volume de água fornecido ter sido superior em 1%. Esta queda no volume de negócios é devida à redução do preço da água, após a descida do termo *Te* comentada nos capítulos anteriores de acordo com as flutuações dos preços petrolíferos e aos custos associados aos trabalhos de manutenção da Central Eléctrica.

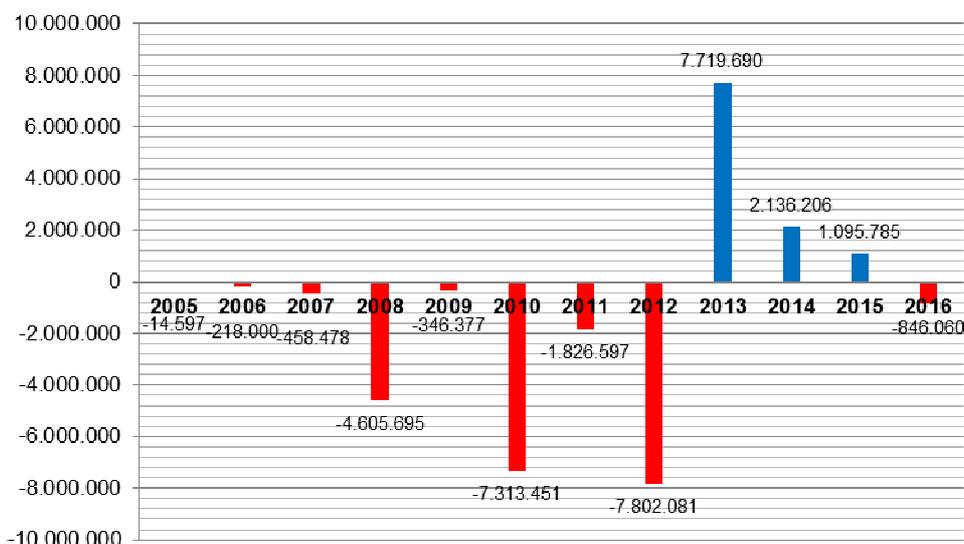
Neste contexto, a análise económica e financeira que se apresenta, sintetisa um resultado negativo de 846.060 escudos no exercício 2016, resultante das situações acima comentadas.

## CONTA DE RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	2016	2015	var
<b>RECEITAS</b>	<b>42.074.257</b>	<b>44.604.690</b>	<b>-6%</b>
CUSTOS FIXOS+VARIÁVEIS	22.891.594	21.741.269	+5%
<b>Resultado Bruto (EBITDA)</b>	<b>19.182.663</b>	<b>22.863.421</b>	<b>-16%</b>
Amortizações	14.860.265	14.981.924	0%
<b>Resultado A.D.F. (EBIT)</b>	<b>4.322.398</b>	<b>7.944.497</b>	<b>-46%</b>
Despesas financeiras	4.941.116	6.789.676	-23%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-618.718</b>	<b>1.154.821</b>	<b>--</b>
Imposto sobre o rendimento	-227.342	-59.036	+285%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-846.060</b>	<b>1.095.785</b>	<b>--</b>



Gráfica 4.3.1. Evolução anual do volume de negócio e do EBITDA (milhões de CVE)



Gráfica 4.3.2. Evolução do resultado anual (CVE)

#### 4.4 Proposta de aplicação de resultados

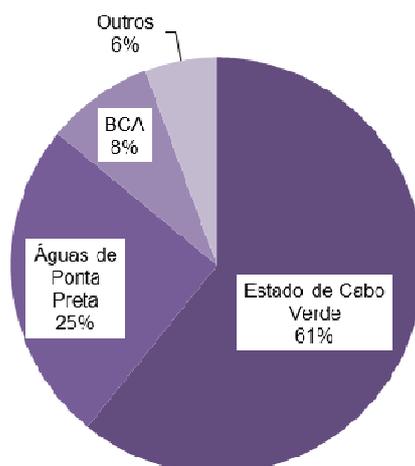
Conforme o anterior ponto, o resultado líquido do exercício apurado foi negativo de **CVE 846.060\$00 (Oitocentos e quarenta e seis mil sessenta escudos)**, o qual se propõe que seja transferido para a rubrica Resultados Transitado.

#### 4.5 Créditos subscritos

No decorrer do ano 2016, não foi possível amortizar qualquer importância do capital pendente do empréstimo obtido da DGT. No fim do exercício, ficam pendentes 145.464.760 escudos deste financiamento, pelo que já foram amortizados 21.903.666 escudos dos 167.368.426 obtidos. O período de amortização é de sessenta e sete (67) meses e a taxa de juros aplicada fixou-se em 1,5%.

Adicionalmente, e devido ao comentado défice de tesouraria, para manter a IDAM em atividade o acionista APP continuou a aplicar suprimentos, que ao fecho do exercício alcançam um valor de 60.110.593 escudos. A estes suprimentos é aplicada uma taxa de 1,5%, igual à taxa aplicada pela *Direção Geral do Tesouro* (DGT) no referido empréstimo de investimento.

Paralelamente, desde o ano 2008, a sociedade dispõe de uma conta caucionada concedida pelo BCA, que em 2016 foi renovada no valor de 20.100.000 CVE.



Gráfica 4.5.1. Estrutura do Passivo da APN 2015

### 5. Recursos Humanos

A estrutura operacional da IDAM é formada por 6 pessoas com a distribuição que se pode observar na **tabela 5.1**. A média de idade situa-se nos 31 anos.

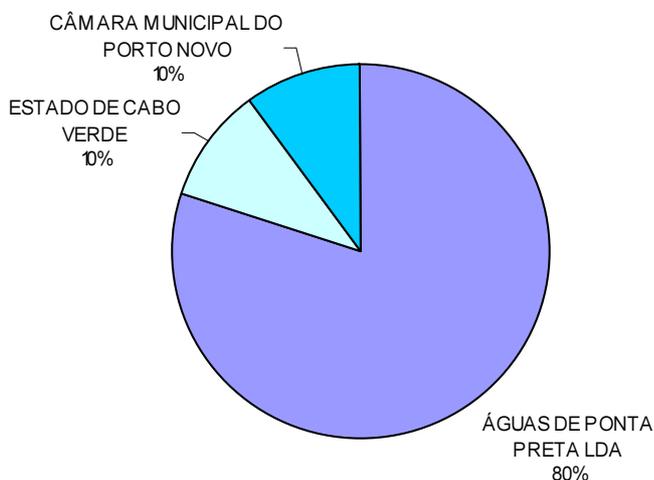
	Nome	Função	Idade	Antiguidade
1	Jailton Cabral dos Santos	Encarregado geral	33	2008
2	Anselmo Ramos Fortes	Operador de máquinas	35	2007
3	Sesaltino Fortes Andrade	Operador de máquinas	29	2007
4	Fernando Gomes Rodrigues	Operador de máquinas	33	2007
5	Ligia Maria Gomes Victória	Empregada limpeza	30	2007
6	Imerson da Graça Fernandes	Operador de máquinas	30	2013

Tabela 5.1. Relação dos funcionários da IDAM

A gestão da sociedade é complementada com a estrutura operacional da Águas de Ponta Preta Lda.

## 6. Dados da sociedade

### 6.1. Estrutura acionista



Accionista	Nº acções	Valor nominal (Escudos)
Estado de Cabo Verde	2.200	4.400.000
Câmara Municipal do Porto Novo	2.200	4.400.000
Águas de Ponta Preta Lda	17.600	35.200.000
<b>TOTAL</b>	<b>22.000</b>	<b>44.000.000</b>

Data de Constituição da Sociedade ► 1 de Julho de 2005  
 Início Actividade ► 1 de Julho de 2008

## 6.2 Órgãos sociais

### 6.2.1 Mesa da Assembleia Geral

Presidente → Estado de Cabo Verde (Joana Maria Fortes Morais Flor)  
 Secretário → Águas de Ponta Preta Lda (Damià Pujol Alibés)

### 6.2.2 Conselho de Administração

Presidente → Miguel Ángel Rodríguez Pérez (APP LDA)  
 Vicepresidente → CAEX S.U. representada por Carles Casas Olivella (APP LDA)  
 Administrador → Damià Pujol Alibés (APP LDA)  
 Administrador → Alexandre António Neves (Estado de Cabo Verde)  
 Administrador → João Fonseca Fernandes Ferreira (Câmara M. do Porto Novo)

### 6.2.3 Conselho Fiscal

Fiscal Único → BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria

## **7. Projectos Complementares**

Apesar de no ano 2014 ter sido concluído o projecto SESAM-ER (Serviço Energético Sustentável para Povoações Rurais Isoladas mediante Micro-redes com Energias Renováveis na Ilha de Santo Antão), a APN continuou a prestar apoio na monitorização e em diversas ações de cariz social, nomeadamente na aldeia de Monte Trigo.

De todas as atuações abrangidas pelo SESAM-ER, o sistema eléctrico de Monte Trigo converteu-se no mais emblemático. Graças a central solar fotovoltaica instalada em 2012, Monte Trigo foi a primeira localidade do país a ter o serviço eléctrico assegurado na totalidade por energias renovável. Sendo assim, tornou-se um caso de sucesso que recebe visitas técnicas contínuas. Em 2016, destacamos a visita da KYUSHU ELECTRIC POWER CO.INC, que integra o consorcio JICA (Japan International Cooperation Agency), que ocorreu no mês de Março.

Adicionalmente, o Fundo FASA do MCA aprovou a doação para a realização de uma série de obras hidráulicas na Ilha de Santo Antão, que beneficiarão as comunidades rurais dos três municípios localizadas na Costa Leste e nos Planaltos Leste e Norte. As propostas foram elaboradas pela APN conjuntamente com os gabinetes técnicos das Câmaras Municipais e da Associação intermunicipal

## **8. Evolução previsível da sociedade**

A sociedade completou o seu 9º exercício em atividade com um volume produzido de 1,79 Hm<sup>3</sup> de água dessalinizada, contribuindo para o alcance de uma das metas dos objectivos do Milénio, que é garantir o consumo diário de 50 litros por pessoa/dia na cidade e do PLENAS, de garantir 40 litros por pessoa/dia.

Em pleno decurso da reforma institucional do sector, foi estabelecido um debate à volta da procura do melhor modelo de gestão e governança do sector, sendo que já é uma realidade a constituição da sociedade intermunicipal Águas de Santiago S.A., que detém a concessão para a distribuição de água potável e gestão do sistema de saneamento para a ilha de Santiago.

Neste contexto já foi elaborado pela assistência técnica o estudo para “Preparação dos Operadores Intermunicipais de Água e Saneamento das Ilhas de São Nicolau e Santo Antão”, pelo que pela sua natureza jurídica e pela trajectória demonstrada, a APN apresenta-se como um excelente instrumento para a concessão da gestão integrada da água e saneamento na cidade do Porto Novo, com uma estrutura vertical, optimizada às necessidades reais do núcleo habitado com mais crescimento económico da Ilha de Santo Antão.

A essência da APN, que representará a primeira Parceria Público Privada (PPP) do país para o desenvolvimento e gestão de uma infra-estrutura hidráulica destinada à garantia de um serviço básico, encaixa perfeitamente nas orientações do PLENAS (Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento aprovado pela resolução nº10/2015) no objectivo de atingir a empresarialização da componente distribuição que integra o Sistema de Abastecimento de Água Potável na cidade do Porto Novo.

Tal como referido em outras ocasiões, o actual processo de reforma institucional do sector da água e do saneamento representa uma oportunidade para melhorar o desempenho da sociedade, nomeadamente no âmbito financeiro.

É com estes argumentos, que a administração da APN aposta para o futuro, na gestão integrada da produção e da distribuição de água, a qual pode vir a ser uma via de solução do crónico défice de tesouraria de que a Empresa padece.

## **9. Acontecimentos posteriores ao fecho do exercício**

Em data 28 de Fevereiro, foi celebrado um acordo de encontro de contas entre os acionistas da sociedade com objectivo de abater um montante de 51,63 milhões de escudos na dívida da Câmara Municipal do Porto Novo com a APN e simultaneamente no mesmo valor, da dívida da APN para com o Estado de Cabo Verde. Esta operação, homologada pelos Ministros de Finanças e da Economia e Emprego, permitirá reforçar o balanço analítico da sociedade, representando ainda um impulso para a evolução desta Parceria Público Privada na perspectiva de alargar o seu alcance à totalidade do ciclo integral da água.

No dia 17 de Fevereiro de 2017, o Sr. Miguel Ángel Rodríguez, comunicou a sua renúncia ao cargo de Administrador da sociedade.

Por outro lado, no dia 15 de Março de 2017, a Canalizaciones y Excavaciones Sociedade Unipessoal, representado por Carles Casas Olivella, comunicou a sua renúncia ao cargo de Administrador na sociedade.

Porto Novo, 10 de Julho de 2017

**O Conselho de Administração**

## **ANEXO 1. BALANÇO ANALÍTICO**



## **ANEXO 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**









## **ANEXO 3. PARECER DO AUDITOR**



## ANEXO

### ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.

**Referente a 2015, período compreendido entre 1 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016**

#### **1. Nota Introdutória**

**ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.**, encontra-se inscrita na Direção Geral das Contribuições e Impostos sob o NIF **251873846**. Tem a sua sede em Lombinha de Água Doce, Porto Novo, Ilha de Santo Antão. A sua atividade é de produção, distribuição e comercialização de água potável.

#### **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

##### a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Relato Financeiro (NRF) integrados no Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) adotados em Cabo Verde.

As NRF correspondem, genericamente, às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), transpostos para o Ordenamento Nacional pelo Decreto-Lei n° 5/2008, de 5 de Fevereiro

**0.1.** Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do exercício anterior.

**0.2.** Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as NRF requer que a empresa apresente informações financeiras comparativas (NRF 1), pelo que foi elaborado um balanço de abertura com referência em 01 de Janeiro de 2009 de forma a tornar possível a apresentação das demonstrações financeiras corrigidas do ano 2008, para fins comparativos.

(a) Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF não afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados

(b) Reconciliação do capital próprio relatado segundo os PCGA anteriores com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores;

<b>Capital Próprio EM 31/12/2008 de acordo com o Plano Nacional de Contabilidade</b>	43.308.925,00
<b>Ajustamentos:</b>	
<b>- Desreconhecimento de ativos intangíveis</b>	-2.827.953,00
<b>+ Anulação de amortização por desreconhecimento de ativos intangíveis capitalizados em anos anteriores</b>	1.021.298,00
<b>+ reconhecimento de ativos por imposto diferido</b>	0,00
<b>Capital Próprio EM 31/12/2008 de acordo com SNCRF</b>	41.502.270,00

(c) Reconciliação do lucro relatado segundo os PCGA anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o lucro ou a perda segundo as NCRF relativo ao mesmo período.

	<u>Valor</u>
<b>Resultado do período de acordo com o Plano Nacional de Contabilidade</b>	-4.596.927,00
<b>Ajustamentos:</b>	
<b>- reconhecimento uma provisão para impostos em anos anteriores</b>	-8.768,00
<b>Resultado do período de acordo com o SNCRF</b>	-4.605.695,56

(d) Estas demonstrações financeiras são as primeiras elaboradas e apresentadas segundo os princípios consagrados no SNCRF, após a sua entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2009.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos definidos no SNCRF e demais legislação cabo-verdiana.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos” (Nota [1]).

d) Classificação de ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) Derrogação das disposições do SNCRF

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNCRF.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pressupostos/princípios contabilísticos definidos no SNCRF e demais legislação cabo-verdiana. Foram preparadas atendendo à convenção dos custos históricos e em conformidade com os pressupostos contabilísticos da continuidade, regime do acréscimo, da consistência, da materialidade e agregação, da prudência e da substância sobre a forma já referenciados no ponto anterior.

#### 3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da **ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.**, são apresentadas em CVE (Escudos Cabo-verdianos). O CVE é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. À data de balanço, os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício.

##### 3.1.1. Fluxos de Caixa

O saldo da caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários que encontram-se totalmente disponíveis para uso e totalizam o valor de 361.790 ECV.

Estes ativos são mensurados ao justo valor com alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados.

#### 3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados pelos seus custos. Os referidos custos compreendem: o preço de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor, acrescido dos gastos adicionais de compra, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos subsequentes inerentes à grande reparação que poderão representar um aumento da capacidade produtiva ou aumento da vida útil do bem, são reconhecidos na quantia escriturada do activo. Da mesma forma que gastos referentes a custos de manutenção e reparação diária/corrente e

outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gastos do exercício. As depreciações são calculadas numa base sistemática, pelo método das quotas constantes, ao longo da vida útil estimada do bem, com base nas taxas da tabela a que se refere o n.º 1 da Portaria n.º 3/84, de 28 de Janeiro de 1984, e são registadas como gastos do exercício.

Os terrenos não são depreciados.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.2.1. Os movimentos ocorridos no exercício de 2016 dos activos fixos tangíveis são os seguintes:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Correcções	Saldo Final
<b>Activos Fixos Tangíveis:</b>						
Terrenos e recursos naturais	4.400.000					4.400.000
Edifícios e outras construções	83.180.628					83.180.628
Equipamento básico	159.915.867	3.574.102				163.489.969
Equipamento de transporte	349.100					349.100
Equipamento administrativo	887.188					887.188
Outros activos fixos tangíveis	436.785					436.785
Investimentos em activos fixos tangíveis em curso	2.754.497	3.094.797		-3.574.102	-118.051	2.157.141
Total	251.924.065	6.668.899	0	-3.574.102	-118.051	254.900.811

3.2.2. Os movimentos ocorridos no exercício de 2016 no valor de gasto com depreciações dos ativos fixos tangíveis são os seguintes:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Correcções	Saldo Final
<b>Activos Fixos Tangíveis:</b>						
Edifícios e outras construções	27.739.254	3.550.728				31.289.982
Equipamento básico	91.811.251	11.222.711				103.033.962
Equipamento de transporte	349.100					349.100
Equipamento administrativo	790.256	65.597				855.853
Outros activos fixos tangíveis	71.075	21.229				92.304
Total	105.842.012	14.860.265	0	0	0	135.621.201

### 3.3. Ativos intangíveis

(a) A empresa **ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.** não detém ativos intangíveis.

### 3.4. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a entrada em vigor do Código de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovada na publicação da Lei n.º82/VIII/2015, a taxa de imposto foi fixada em 25% no artigo 84º da referida Lei. O apuramento do lucro colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, é definido com base no somatório do Resultado líquido do período e das variações positivas e negativas ocorridas no mesmo período e que não foram reflectidas naquele resultado, determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidas nos termos do CIRPC. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Nos termos do artigo 59º do CIRPC, a partir 2015, os prejuízos apurados em determinado período da tributação são deduzidos aos lucros tributáveis do sujeito passivo, havendo-os de um a mais de sete períodos de tributação. Contudo a dedução não pode exceder o montante correspondente a 50% do respectivo lucro tributável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NRF 22 – Impostos sobre rendimentos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e actualizado. No cálculo do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor a data do balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para o futuro.

### 3.5. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

### 3.6. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

### 3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

### 3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### 3.10. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

### 3.11. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos nos períodos contabilísticos em que os respectivos são prestados. O redito da APN consubstancia-se á venda da água potável, a qual é produzida única e exclusivamente para o cliente SAAS – Serviços Autónomos da Câmara de Porto Novo conforme contrato assinado a 01 de Julho de 2008.

## 4. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Mercadorias	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	3.243.875	3.150.721
Produtos acabados	81.985	91.976
Obras em curso	-	-
	<u>3.325.860</u>	<u>3.242.697</u>
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	<u><u>3.325.860</u></u>	<u><u>3.242.697</u></u>

A rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” corresponde ao stock de Gasóleo necessário à produção de energia, e a materiais e acessórios de manutenção e conservação da maquinaria. A rubrica “*Produtos acabados*” agrega água potável remanescente nos depósitos a 31/12/2016.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, não ocorreram movimentos na rubrica “Perdas por imparidade de inventários”.

## 5. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Clientes</b>				
SAAS CMPN		143.504.977		122.998.388
Outros Clientes	-	234.926	-	234.926
	0	143.739.903	0	123.233.314
Perdas p/ imparidades acumuladas – outros		-234.926	-	-
	<b>0</b>	<b>143.504.977</b>	<b>0</b>	<b>123.233.314</b>

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Clientes Gerais	Grupo/Relacionado	Clientes Gerais	Grupo/Relacionado
<b>Clientes</b>				
Clientes conta corrente	143.666.284	73.619	123.159.695	73.619
	143.666.284	73.619	123.159.695	73.619

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015, não ocorreram movimentos na rubrica “Perdas por imparidades acumuladas de clientes”. Em 2016, foram registados imparidades “*Outros clientes*”, dado antiguidade da dívida.

## 6. Adiantamentos a fornecedores

O saldo desta rubrica compreende os adiantamentos efetuados a fornecedores por conta de encomendas a satisfazer.

## 7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

**Estado e outras entes publicas**

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
<b>Activo</b>		
Retenção na Fonte (IUR) e pag.p/conta	202.421	150.000
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.675.491	1.675.491
Outros impostos e taxas	-	-
	<u><b>1.877.912</b></u>	<u><b>1.825.491</b></u>
<b>Passivo</b>		
Imposto s/rend.das pessoas colectivas (IUR)	203.246	59.036
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	679.752	378.293
IUR Retido	32.636	156.727
INPS	85.217	67.282
Outros impostos e taxas	366.184	338.874
	<u><b>1.367.035</b></u>	<u><b>1.000.212</b></u>

**8. Outras contas a receber**

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-15</u>		<u>31-Dez-14</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Pessoal	-	1.000	-	1.199
Outros	-	1.865.405	-	1.759.753
	-	1.866.405	-	1.760.952
Perdas por imparidades acumuladas	-	-1.509.893	-	-1.334.193
	-	<u><b>356.512</b></u>	-	<u><b>426.759</b></u>

**9. Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos da rubrica “Diferimentos” do activo e passivo foram como segue:

**Diferimentos**

	<b>31-Dez-16</b>	<b>31-Dez-15</b>
<b>Diferimentos (Activo)</b>		
Valores a facturar - Fornecedores C/C Serviços	103.643	29.418
Seguros pagos antecipadamente	46.751	46.753
Cauções aluguer e outros	-	-
Comissões e outros custos financeiros pagos antecipadamente	-	-
	150.394	76.171
<b>Diferimentos (Passivo)</b>		
Valores a facturar		
Juros Financiamento DGT	4.001.846	1.819.875
Juros Empréstimo Suprimentos APP a APN	1.437.471	657.200
	5.439.317	2.477.075

## 10. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<b>31-Dez-16</b>	<b>31-Dez-15</b>
Caixa	213.563	130.928
Depósito á ordem	148.227	688.809
	361.790	819.737

## 11. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 22.000 ações com o valor nominal de 2.000\$00 cada.

### Identificação de pessoas coletivas do capital

As pessoas coletivas, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2016, eram as seguintes:

	<b>% Capital</b>	<b>Valor</b>
Águas de Ponta Preta, Lda	80	35.200.000
Câmara Municipal de Porto Novo	10	4.400.000
Estado de Cabo Verde	10	4.400.000
	100	44.000.000

## 12. Rubricas do Capital Próprio: Reservas e outras

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. A rubrica reserva legal registou o seguinte movimento durante o exercício económicos de 2015 e 2014

A Assembleia Geral ainda não foi realizada.

## 13. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Conta Cauionada BCA (i)	-	19.699.461	-	23.875.000
Contrato Suprimentos APP a APN (ii)	51.045.127	-	51.545.127	-
Financiamento DGT (iii)	145.464.760	-	145.464.760	-
	196.509.887	19.699.461	197.009.887	23.875.000

(i) Financiamento contraído em Novembro 2008, juntamente ao BCA sob a forma Conta Cauionada para financiar défice de tesouraria e liquidar a 1ª prestação do empréstimo contraído junto a instituição financeira espanhola La Caixa de Pensions. O valor nominal contratado inicialmente ascendia a 30.000.000 ECV, com taxa de juro BCA Index acrescida de um Spread, equivalente actualmente a taxa anual de 10%, com pagamento de juros mensais, com renovações semestrais sistemáticas. A partir de 2014, BCA solicita revisão á condições contratadas e propõe a liquidação da mesma sob a forma de Crédito Renda, com prestações mensais 225.000 ECV.

(ii) Financiamento, sob a forma de contrato de Suprimentos, assinado em Março 2015, no valor de 51.545.127 ECV decorrente de empréstimos de APP a APN, que foram utilizados na compra de materiais e equipamentos para operacionalização dos serviços, que inclui igualmente os juros que incidem sobre o empréstimo até a presente data. O plano da dívida tem maturidade de 4 anos, incorporando prestações mensais a uma taxa de juro anual de 1,5%, com data de vencimento a 5 de Maio 2018. Contudo, em 2015, dado a precariedade contínua da tesouraria não foi possível liquidar nenhuma prestação.

(iii) Em 2013, a APN era devedora ao Estado, através da DGT, na sequência de empréstimos e do aval prestado na operação de crédito contraída junto á entidade financeira “La Caixa” em Novembro 2007, a qual foi executada em 30/04/2012 pela entidade Companhia Española de Credito a la Exportacion (CESCE), como organismo governamental representante dos seguros de Crédito á exportação no país de origem da entidade financeira “La Caixa”.

Em 2014 formalizaram-se as condições, relativos a taxa de juros e o período de amortização do capital financiado, agregando todas as dívidas de APN, inerentes a operação de crédito acima referida, num único Acordo de Empréstimo formalizado entre o Governo de Cabo Verde e a APN, ascendendo o valor total contratado em 167.368.427 ECV, vencendo a uma taxa anual de 1,5%, com um plano de dívida de 5 anos, equivalente a 67 prestações mensais,

Todavia no final do Exercício Económico de 2014 a empresa apresentava um saldo de Iva a recuperar no montante de 16.754.909 ECV, para o qual foi solicitado a compensação/pagamentos das dívidas recíprocas existentes entre a APN e o Ministério das Finanças e do Planeamento. Em Agosto de 2015 foi assinado um Memorando de Entendimento para os devidos efeitos, conforme indicado no quadro abaixo:

Reembolso IVA: **16.754.909 CVE**

Compensação IVA /DGT **15.079.418 CVE** →(90% IVA)

Prestações a Compensar					
Data	Capital a liquidar	Juros	Prestação Real	Prestação a Liquidar	Capital pendente
20-09-2014	2.656.642 CVE	199.248 CVE	2.855.890 CVE	2.855.890 CVE	0 CVE
20-10-2014	2.656.642 CVE	195.927 CVE	2.852.569 CVE	2.852.569 CVE	0 CVE
20-11-2014	2.656.642 CVE	192.607 CVE	2.849.249 CVE	2.849.249 CVE	0 CVE
20-12-2014	2.656.642 CVE	189.286 CVE	2.845.928 CVE	2.845.928 CVE	0 CVE
20-01-2015	2.656.642 CVE	185.965 CVE	2.842.607 CVE	2.842.607 CVE	0 CVE
20-02-2015	650.531 CVE	182.644 CVE	2.839.286 CVE	833.175 CVE	2.006.111 CVE
<b>Total</b>	<b>13.933.741 CVE</b>	<b>1.145.677 CVE</b>	<b>17.085.529 CVE</b>	<b>15.079.418 CVE</b>	-

Deste modo, a 30 de Dezembro 2015, procede-se a assinatura da adenda do Contrato do Empréstimo, nos termos do Memorando de Entendimento de Compensação assinado em Agosto 2015, amortizando prestações correspondentes a 15.079.418 ECV, passando o valor, após a entrada do em vigor do referido acordo, a ser actualizado para o montante de 145.464.760 ECV.

Em 2016, na sequência de uma reunião, realizado por um comité constituído pelos representantes do Governo, nomeadamente pela MTIDE e MFP, pela ARE e ANAS, pela CMPN e pela APN, referente à Sustentabilidade do Abastecimento de água potável da cidade de Porto Novo, em Santo Antão foi proposto um encontro de Contas Tripartidário (Governo-DGT, CMPN e APN), com intuito de reduzir o financiamento DGT a APN e a dívida da SAAS – CMPN a APN. Neste contexto e no aguardo da desfecho do processo acima referido não se procedeu a amortização de nenhuma prestação ao longo do ano 2016.

Os empréstimos bancários não correntes são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

	<u>Saldo 31/12/2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020 e seguintes</u>
BCA CCC	19.699.461	4.800.000	4.800.000	4.800.000	5.299.461
Contrato suprimentos APP a APN	51.545.127	17.751.264	17.751.264	16.042.599	0
Financiamento DGT	145.464.760	31.879.704	31.879.704	31.879.704	49.825.648
	<b>216.709.348</b>	<b>54.430.968</b>	<b>54.430.968</b>	<b>52.722.303</b>	<b>55.125.109</b>

#### 14. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
APP – Aguas de Ponta Preta, Lda	-	2.930.315	-	-4.428.509
Cassa Aigues	-	5.076.456	-	5.076.456
Outras contas a pagar	-	114.123	-	291.285
	0	8.120.894	0	939.232

#### 15. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

<u>Fornecedores</u>	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Fornecedores conta corrente	8.132.675	4.926.142
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<u>8.132.675</u>	<u>4.926.142</u>

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Gerais	Grupo/Relacionado	Gerais	Grupo/Relacionado
<b>Fornecedores</b>				
Fornecedores conta corrente	1.360.893	(v) 6.771.782	737.852	4.188.290
	1.360.893	6.771.782	737.852	4.188.290

(v) A variação na conta corrente de fornecedores, relativos a rubrica Grupo/Relacionados, deveu-se a fornecimento de materiais, equipamentos e serviços de reparação imprescindíveis para a manutenção e continuidade da operacionalização da IDAM.

## 16. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2016 e de 2015 foram como segue:

	31-Dez-15			31-Dez-14		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Vendas de mercadorias	42.074.257	-	42.074.257	44.604.690	-	44.604.690
Prestação de serviço	0	-	0	0	-	0
	<u>42.074.257</u>	<u>0</u>	<u>42.074.257</u>	<u>44.604.690</u>	<u>0</u>	<u>44.604.690</u>

A venda da água potável é produzida única e exclusivamente ao cliente SAAS – Serviços Autónomos da Câmara de Porto Novo conforme contrato assinado a 01 de Julho de 2008.

## 17. Variação nos inventários da produção

A demonstração da variação da produção, decorrente do armazenamento da água potável, ocorrida nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, dada produção foi como segue:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Prod. e trab.em curso	Prod.acab. e interm	Total	Prod. e trab.em curso	Prod.acab. e interm	Total
Saldo a 1 de Janeiro	-	91.976	91.976	-	292.630	292.630
Regularizações	-	-	0	-	-	0
Variação na produção	-	-9.991	-9.991	-	-200.651	-200.654
Saldo a 31 de Dezembro	<u>0</u>	<u>81.985</u>	<u>81.985</u>	<u>0</u>	<u>91.976</u>	<u>91.976</u>

## 18. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, é detalhado como segue:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Mat.primas, Subsidiária e consumo	Mercadorias	Total	Mat.primas, Subsidiária e consumo	Mercadorias	Total
Saldo a 1 de Janeiro	3.150.721	-	3.150.721	2.091.546	-	2.091.546
Regularizações	0	-	0	0	-	0
Compras	12.023.734	-	12.023.734	13.878.277	-	13.878.277
Saldo a 31 de Dezembro	<u>3.243.875</u>	<u>-</u>	<u>3.243.875</u>	<u>3.150.721</u>	<u>-</u>	<u>3.150.721</u>
Custo das Vendas	<u>11.930.580</u>	<u>0</u>	<u>11.930.580</u>	<u>12.819.102</u>	<u>0</u>	<u>12.819.102</u>

Esta conta engloba o custo das matérias consumidas na produção da água potável, nomeadamente os combustíveis gasóleo e lubrificantes, e as mercadorias utilizadas na manutenção diária da actividade produtiva.

## 19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

<u>FSE</u>	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Combustíveis e outros fluídos	433.914	333.486
Materiais Conservação e reparação	(i) 1.799.374	(ii) 313.031
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0	0
Material de escritório	9.037	20.506
Publicidade e propaganda	103.871	83.868
Livros e documentação técnica	400	0
Limpeza, higiene e conforto	47.397	83.178
Conservação e reparação	(iii) 292.695	(iv) 477.465
Rendas e alugueres	131.000	0
Comunicação	457.950	492.664
Seguros	579.362	571.319
Patrocínio	0	3.000
Vigilância e segurança	0	6.064
Royalites	0	0
Estudos e Pareceres	0	0
Serviços informática	0	0
Transporte de inventários	0	0
Transporte de pessoal	0	0
Deslocações e estadias	281.086	175.066
Comissões	0	0
Honorários	0	0
Contencioso e Notariado	0	3.010
Serviços bancários	163.318	296.961
Trabalhos especializados (iii)	1.282.785	999.604
Equipamentos de baixo valor	0	0
Artigos para oferta	12.783	13.043
Outros fornecimentos e serviços	121.906	245.961
	<b><u>5.716.878</u></b>	<b><u>4.118.226</u></b>

- (i) e (ii) materiais de Conservação e Conservação e reparação – gastos relativos a manutenção corrente do equipamento básico, nomeadamente das 2 IDAM  
 (iii) Trabalhos especializados – inclui essencialmente os serviços de auditoria financeira, os serviços de gestão e administração técnica e financeira subministradas pela APP, e assessorias jurídicas e outras

## 20. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

<u>Custos c/Pessoal</u>	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Remunerações dos órgãos sociais	0	0
Remunerações do pessoal	2.505.846	2.515.323
Benefícios pós-emprego	0	0
Indemnizações	0	0
Encargos sobre remunerações	598.066	529.529
Seguro acidentes no trabalho e doenças profissionais	35.772	35.772
Gastos Acção social	0	0
Outros gastos com pessoal	1.665.192	1.172.780
	<u><b>4.804.876</b></u>	<u><b>4.253.323</b></u>

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2016 foi 6 e no exercício de 2015 foi 6.

## 21. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

<u>Outros rendimentos e ganhos</u>	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Rendimentos suplementares	-	-
Rend.em Invest.n/fin.- Alienação	-	-
Outros Rendimentos	(i)808.696	90.000
	<u><b>808.696</b></u>	<u><b>90.000</b></u>

- (i) A rubrica outros rendimentos, no ano 2016, inclui a prestação de serviços de Avaliação da Rede da Cidade de Porto Novo, solicitada pela CMPN á APN na sequência de uma reunião, realizado por um comité constituído pelos representantes do Governo, nomeadamente pela MTIDE e MFP, pela ARE e ANAS, pela CMPN e pela APN, referente á Sustentabilidade do Abastecimento de água potável da cidade de Porto Novo, em Santo Antão

## 22. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

<u>Outros gastos e perdas</u>	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Impostos	(i) 676.466	(ii) 434.964
Outros gastos e perdas	150.873	5.000
	<u><b>439.964</b></u>	<u><b>439.964</b></u>

- (i) A rubrica imposto em 2015 inclui gastos com imposto de selo incidente sobre os juros dos vários financiamentos contratados. Em 2016, esta rubrica já incorpora, para além os referidos impostos de selo, o IUP referente aos anos 2014,2015 e 2016, ascendendo a um total de 573.746 ECV

## 23. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2016 e de 2015, tinham a seguinte composição:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
<b>Juros e rend.similares obtidos</b>		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	<u>0</u>	<u>0</u>
<b>Juros e rend.similares suportados</b>		
Juros suportados	(i) 4.941.116	6.789.676
Diferenças câmbios desfavoráveis	-	-
Out. gastos e perdas financiamento	-	-
	<u>4.941.116</u>	<u>7.902.654</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><b>-4.941.116</b></u>	<u><b>-7.902.654</b></u>

- (i) Juros suportados – incorpora todos os gastos financeiros suportados com os financiamentos referenciado no ponto 23.Financiamentos.

## 24. IMPOSTO DO EXERCÍCIO

De acordo com o ponto 3.4. *Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos* a taxa de imposto em vigor para o cálculo do imposto do exercício foi de 25%.

O cálculo do montante do imposto do exercício foi efectuado conforme segue, de acordo com CIRPC:

	2016	2015
Imposto s/Rendimento Corrente	227.342	59.036
Imposto s/Rendimento Diferido	0	0
<b>Imposto S/rendimento</b>	<b>227.342</b>	<b>59.036</b>

	2016	2015
Resultado Antes de Imposto	-618.718	1.154.821
Taxa Imposto	25%	25%
	<b>0</b>	<b>288.705</b>

Gastos não dedutíveis	1.007.371	88.555
Rendimentos Não Tributáveis	0	0
Dedução Prejuizos	0	-1.243.376
Tributação autónoma	<b>130.179</b>	<b>56.036</b>
outros	-	-
	<b>1.137.550</b>	<b>-1.098.785</b>

Imposto s/rendimento Corrente	97.163	0
Imposto S/ rendimento diferido	0	0
Imposto s/Rendimento	97.163	0
Taxa Efectiva do imposto	<b>-16%</b>	<b>0%</b>

È possível visualizar no quadro abaixo as especificidades dos gastos não aceites fiscalmente:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imparidade em dividas de clientes não aceites ou para além dos limites legais	25.875	
As multas, coimas e encargos pela prática de infrações, incluindo juros compensatórios	17.212	
Imposto Único sobre o Património	573.746	
Acréscimos de 30% dos gastos com viaturas ligeiras de passageiros	<u>390.538</u>	<u>88.555</u>
	<b>1.007.371</b>	<b>88.555</b>
	<hr/>	<hr/>
Efeito Fiscal (taxa 25%)	<u>251.843</u>	<u>22.139</u>

## 25. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Foram efetuadas todas as divulgações exigidas pela lei

## 26. OUTRAS INFORMAÇÕES

Divulgações consideradas relevantes param melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Foram prestadas todas as informações consideradas relevantes a melhor compreensão da posição financeiras e dos resultados da entidade.

Sal, 30 de Maio de 2017

O Técnico de Contas,

O Administrador

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Acionistas da Águas de Porto Novo, SA

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da Águas de Porto Novo, SA (adiante também designada por APN ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 268.857 contos e um total de capital próprio de 29.588 contos, incluindo um resultado líquido negativo de 846 contos), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da APN em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Relato Financeiro (NRF) adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF).

### Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA-International Ethics Standards Board for Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas neste código. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## Ênfase

As demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ainda não foram aprovadas pela Assembleia Geral, pelo que se desconhece se as mesmas virão a ser objeto de alguma alteração. A Administração tem convicção de que aquelas demonstrações financeiras serão aprovadas pela Assembleia Geral sem qualquer alteração. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

## Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas Demonstrações Financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

## Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Empresa em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a Empresa descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- Comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria;
- Adicionalmente, declaramos ao órgão de gestão que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas;
- Das matérias que comunicamos ao órgão de gestão, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso



relatório de auditoria, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

Praia, 12 de julho de 2017

A handwritten signature in blue ink that reads 'António Pina Fonseca'. The signature is written in a cursive style and is positioned above a horizontal line.

António Pina Fonseca, em representação de  
BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda.

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V.Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, como Fiscal Único, acompanhámos durante o exercício de 2016 a atividade da Águas de Porto Novo, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, lidos em conjunto com o Relatório da BDO, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Praia, 12 de julho de 2017

O FISCAL ÚNICO



António Pina Fonseca, em representação de  
BDO-Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda.